

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 12 DE JANEIRO DE 2018.**

No dia 12 de Janeiro de dois mil e dezoito, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência de Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com a presença do Vice – Presidente da Câmara, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores José Manuel Moreira de Carvalho, Paula de Melo Alves, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira e Mauro Lopes da Silva Mendes.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram quinze horas e quarenta e cinco minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, justificando o seu atraso com o acompanhamento da situação da combustão das escombreyras das minas do Pejão. Informou que a empresa EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro esteve no terreno a fazer uma avaliação do problema, vai remeter o seu relatório à Câmara Municipal, sendo que, não se trata de uma situação que acarrete perigo ambiental.

Deu nota que reuniu com a “Infraestruturas de Portugal” no âmbito da definição do traçado da EN 222-1.

Esclareceu que a deliberação tomada na reunião de Câmara de 14 de Dezembro, relativa à isenção de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para os proprietários de habitações destruídas no incêndio de 15 e 16 de Outubro, se aplica às casas de 1.º habitação totalmente destruídas, não se aplicando às casas de 1ª habitação parcialmente destruídas.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Rocha usou da palavra para perguntar se os Planos de Actividades das Associações já estavam disponíveis para consulta, e se lhe iam ser entregues os documentos que requereu a 8 de Novembro?

Perguntou pelo ponto de situação do inquérito relativo ao desaparecimento de paralelos?

Perguntou também se já tinham sido pagos os transportes escolares em dívida desde Maio de 2017?

Solicitou um ponto de situação relativo aos penedos de S. Domingos. Informou que esteve presente na Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, onde foi reportado o mau estado dos contentores do lixo naquela freguesia, à semelhança do que se verifica no resto do concelho. Solicitou que se procedesse à substituição desses contentores, tendo também perguntado quando é que foi feita a última limpeza e desinfectação dos contentores do concelho?

Perguntou se a Câmara Municipal tem um plano para repovoamento da floresta com espécies cinegéticas, no seguimento do incêndio de 15 e 16 de Outubro?

Perguntou também se as rações para animais que foram doadas já foram todas distribuídas?

Disse que foi informado que houve requerimentos referentes às candidaturas relativas aos prejuízos na agricultura que foram entregues na Câmara Municipal dentro do prazo, mas aos quais não foi dado o devido andamento, tendo algumas declarações a remeter para o Ministério da Agricultura “ficado na gaveta”. Perguntou o que é que estava a acontecer: qual o motivo deste acontecimento; como é que vai ser resolvido; se há Paivenses de primeira e Paivenses de segunda?

Solicitou um ponto de situação relativo aos valores das facturas da água do mês de Outubro (média dos últimos 12 meses), porque tem sido abordado por muitos municípios das Freguesias de S. Martinho e de Santa Maria de Sardoura, também afectados pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro, em que a factura da água duplicou. Perguntou quais foram as

áreas que a Câmara Municipal considerou afectadas pelo incêndio, não esquecendo que houve situações em que essas áreas não tendo sido afectadas, houve utilização de água por parte de munícipes assustados com o que se estava a passar.

Perguntou quando é que as entidades responsáveis vão actuar para solucionar a combustão das escombreyras das minas do Pejão?

Concluiu, questionando qual era o valor actualizado depositado na conta solidária, e qual o valor que já foi distribuído?

O Vereador Mauro Mendes usou da palavra para solicitar um ponto de situação do Projecto Desafios de 2016 e 2017.

Solicitou também um ponto de situação relativo ao estado de funcionamento dos pavilhões desportivos municipais.

Solicitou novamente a consulta dos Planos de Actividades Desportivas de 2016 e 2017.

Perguntou quando é que foi a última reunião do Conselho Municipal de Cultura e Desporto?

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para dizer que passados seis meses, as bolsas de estudo relativas ao ano lectivo 2016/17 ainda não tinham sido pagas, tendo perguntado quando tal irá acontecer? Informou que na Avenida Jean Tyssen existem grades amassadas há bastante tempo, existindo também um abatimento da estrada; que o vagão da Rotunda da Estação está partido; que existem vários sinais de trânsito no concelho que estão queimados ou partidos.

Referiu que passado um ano da assinatura do Protocolo com a “AMA – Agência de Modernização Administrativa” para a instalação de uma Loja do Cidadão, nada ainda aconteceu. Disse que era incompreensível que até à data apenas tivesse sido instalado um Posto do Cidadão, tendo solicitado que se tivesse esta situação em atenção.

Perguntou quando é que se iam iniciar as obras no Armazém municipal? Pediu para consultar os relatórios das visitas efetuadas pelo “ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde” às escolas do 1.º ciclo, relativos ao presente ano lectivo.

Perguntou, no âmbito da Lei recentemente publicada sobre a criação de faixas de gestão de combustível, quantas notificações é que a Câmara Municipal fez a proprietários no ano de 2016 e 2017 para efectuarem as limpezas impostas por Lei; quantas limpezas foram feitas pela Câmara Municipal, substituindo-se ao proprietário, imputando-lhe os respectivos custos?

Solicitou um ponto de situação da reparação de casas propriedade do Município no Bairro Social de Oliveira do Arda?

Perguntou quantas vezes é que a “Comissão de Protecção Civil” reuniu desde o incêndio de 15 e 16 de Outubro?

Disse que era verdade que esta comissão tem de reunir de três em três meses.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que em relação aos penedos de S. Domingos, que esteve no local com o Eng.º Projectista que está a desenvolver um projecto que vai ser objecto de candidatura a fundos comunitários, de acordo com aviso específico que vai ser aberto. Disse que para que a candidatura seja aprovada, serão necessários os estudos já efectuados anteriormente pelo “LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil”, e o projecto de execução que deverá estar concluído no próximo mês de Fevereiro. Informou que estão a ser tomadas as medidas preventivas acordadas com o CODIS.

Deu nota que o saldo actual da conta solidária é de cerca de 70.000,00, já contabilizando o montante resultante do programa da “RTP – Rádio e Televisão de Portugal”. Referiu que por decisão do “CLAS – Conselho Local de Acção Social”, foi elaborado um regulamento a regular a forma como aquele montante será distribuído, sendo que, este é um processo cuja competência não é da Câmara Municipal, mas sim, daquele conselho.

Quanto aos pavilhões desportivos municipais, respondeu que um conjunto de situações anómalas inviabilizou a sua utilização durante o último fim-de-semana: o pavilhão do Couto Mineiro do Pejão foi afectado quer pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro, quer pela tempestade de 10

de Dezembro, que obrigou ao seu encerramento por questões de segurança; o pavilhão municipal de desportos viu o seu piso afectado pela chuva que caiu nos últimos dias, não existindo condições de segurança para a sua utilização. Disse que há a necessidade de se efectuar uma intervenção na cobertura e restantes estruturas deste pavilhão, estando essa hipótese a ser equacionada, de forma a ser enquadrada no novo aviso que está para sair no âmbito da eficiência energética.

Sobre a data da realização da última reunião do “Conselho Municipal de Juventude e Desporto”, respondeu que daria essa informação na próxima reunião de Câmara.

Informou que na passada Quarta-Feira reuniu com as Juntas de Freguesia que mantêm a intenção de abrir um Espaço do Cidadão (União das Freguesias de Sobrado e Bairros, Junta de Freguesia de S. Martinho e Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura). Disse que uma destas Juntas de Freguesia já tem pessoal com formação específica, e que as restantes já indicaram pessoas para essa formação, havendo da parte da “AMA – Agência para a Modernização Administrativa” para colocar o mobiliário e o “lay-out” necessário para a abertura desses espaços.

Em relação à reparação das habitações propriedade do Município no Bairro Social de Oliveira do Arda, respondeu que duas delas já estão habitadas.

Relativamente ao “Projecto Desafios”, respondeu que não foram apresentadas candidaturas na edição de 2017, sendo que já foram dadas instruções para que os serviços desenvolvessem os procedimentos de adjudicação relativos à edição de 2016 (entidade vencedora faz questão em participar no processo).

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que em relação à Loja do Cidadão, que presumia que continuava tudo na mesma. Perguntou se a Junta de Freguesia de Real já não estava disponível para acolher um Posto do Cidadão?

Sobre as habitações propriedade do Município, perguntou se não era necessário trazer o procedimento à Câmara Municipal?

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que o Gabinete de Acção Social está a tratar da tramitação do processo relativo a essas habitações.

Sobre a Loja do Cidadão, respondeu que o avanço do processo está dependente da autorização da entidade proprietária do espaço para a intervenção a realizar.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que tinha acabado de receber uma chamada do Sr. Ministro do Ambiente a manifestar toda a disponibilidade para resolver o problema da combustão das escombreyras das minas do Pejão.

Sobre os contentores do lixo, respondeu que os serviços municipais têm vindo a proceder à substituição de contentores danificados em colaboração com a “Ambisousa”.

Quanto ao repovoamento da floresta do concelho com espécies cinegéticas, respondeu que essa é uma responsabilidade do Ministério da Agricultura, tendo o Governo solicitado a colaboração da Câmara Municipal. Disse que mesmo sendo uma responsabilidade do Ministério da Agricultura, os particulares, ou as Associações representativas do sector, terão sempre a disponibilidade da Câmara Municipal para os apoiar.

Relativamente ao pagamento aos Munícipes dos prejuízos resultantes do incêndio de 15 e 16 de Outubro, respondeu que a Câmara Municipal podia ter ficado de fora do processo, mas, e bem, assumiu essa responsabilidade, tendo os serviços municipais efectuado esse trabalho com grande competência. Disse que houve Munícipes que foram contactados, mas que por algum motivo não atenderam os telefones, e como tal, lamentavelmente, ficaram de fora, tendo dão nota disso a algumas dessas pessoas. Referiu que não ia por em causa o trabalho de quem se empenhou e tomou diligências (serviços municipais) para tentar chegar a toda a gente, tendo Castelo de Paiva sido o Município da região Norte que mais candidaturas submeteu e viu aprovadas.

Concluiu este assunto, informando que contactou o Sr. Ministro de Agricultura para que abrisse novo período de candidaturas para abranger estas pessoas que ficaram de fora deste período.

No que concerne à distribuição de ração de animais, disse que a situação está a ser acompanhada pelo veterinário Municipal.

Sobre a factura da água do mês de Outubro, respondeu que deu instruções para que a medida aprovada em reunião de Câmara fosse aplicada a todas as situações/domicílios que foram afectados pelos incêndios. Disse que o executivo em permanência acompanhou esta situação de perto, e verificaram que as suas instruções foram aplicadas, sendo que, se houve pessoas que não foram abrangidas pela medida, sugeria que as mesmas vissem à Câmara Municipal falar com os serviços.

Informou que os documentos requeridos pelo Vereador José Rocha estão a ser reunidos, sendo que há questões que estão a ser verificadas.

Quanto à “Rotunda da Estação”, respondeu que foi um particular o responsável pelos estragos, e que agora vai ser o seguro desse particular a assumir a reparação dos danos causados ao vagão.

Deu nota que iria disponibilizar os relatórios das visitas efectuadas pelo “ACES – Agrupamentos de Centros de Saúde” às escolas do 1.º Ciclo.

Sobre as bolsas de estudo, respondeu que seriam pagas logo que houvesse disponibilidade financeira.

Em relação às obras no Armazém municipal, respondeu que irão ter início logo que esteja concluído o processo de transferência da sede da “União das Freguesias de Sobrado e Bairros” para o edifício da antiga escola n.º 1 de Sobrado.

Relativamente à Lei recentemente publicada sobre a criação de faixas de gestão de combustível, disse que esta é uma medida atabalhoada, porque não se pode pedir às Câmara para fazer em dois meses e meio aquilo que não se fez em quarenta anos. Referiu que a Câmara Municipal não tem recursos para cumprir com o determinado nessa Lei, estando o assunto a ser já tratado no âmbito da “CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa”.

No que concerne às situações reportadas na Avenida Jean Tyssen, disse que as ia transmitir ao Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Concluiu, informando que o inquérito relativo ao desaparecimento de paralelos se encontra em curso, referindo que iria informar-se do ponto de situação do processo junto do Dr. Adão Santos.

O Vereador José Rocha interveio novamente para perguntar para quando está prevista a desinfecção dos contentores do lixo?

Em relação ao repovoamento da floresta com espécies cinegéticas, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara foi contactado por algum particular, ou alguma Associação, e se confirmava que essa era uma responsabilidade do Ministério da Agricultura?

Quanto às candidaturas relativas aos prejuízos na agricultura, disse que tinha papéis de Outubro e de Novembro, em que foi preenchido o requerimento dos prejuízos e impresso para a “Direcção-Geral da Agricultura”, e a verdade é que eles não seguiram. Referiu que houve processos completos com recibo de entrega da Câmara Municipal, cujos beneficiários nem tiveram direito a uma vistoria.

Sobre a facturação da água, disse que foi contactado por munícipes que quase viram as suas casas a arder, e que agora viram a o valor da sua factura da água quase triplicar.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para perguntar porque é que a “Comissão de Protecção Civil” não está a reunir de três em três meses, conforme a lei exige?

Em relação às escombrelas das minas do Pejão, disse que pelas informações que tem a combustão já se iniciou à três meses, e que a Câmara Municipal comunicou a situação à “APA – Agência Portuguesa do Ambiente”. Perguntou quando é que essa comunicação foi efectuada, porque achava estranho que tendo sido efectuada essa comunicação, o Sr. Ministro do Ambiente apenas tivesse tomado conhecimento do problema três meses depois.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que em relação às escombrelas, que os “Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva” intervie-

ram numa primeira fase, e que pelo facto de ser propriedade privada, foi remetida notificação aos proprietários para que estes resolvessem o problema, porque na altura não tinha esta visibilidade. Disse que como não houve actuação por parte dos proprietários, a Câmara Municipal comunicou a situação à “Direcção-Geral de Geologia”, à “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” e à “APA – Agência Portuguesa do Ambiente”, que por sua vez respondeu que esta seria uma responsabilidade da “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro”.

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal tem vido a fazer este trabalho desde 7 de Novembro.

Sobre a questão colocada pela Vereadora Vanessa Pereira relativa às reuniões da “Comissão de Protecção Civil”, respondeu que ia pedir aos serviços municipais que verificassem e informassem.

Esclareceu que não “ficaram na gaveta” nenhuma candidaturas relativas aos prejuízos na agricultura, tendo reiterado o que disse anteriormente sobre o assunto.

O Vereador José Carvalho interveio novamente para dizer que em relação às candidaturas relativas aos prejuízos na agricultura, que era impossível que tivessem ficado candidaturas na gaveta, porque o impresso era preenchido on-line e ficava imediatamente no repositório do Ministério da Agricultura. Referiu que o facto de não ter existido vistoria por parte dos técnicos do Ministério da Agricultura, não significa que a candidatura não tenha sido apreciada e validada, porque a vistoria foi feita por amostragem.

Clarificou também que na fase inicial, foi dada indicação pelas diversas entidades que era necessário fazer um levantamento dos prejuízos no território, e que esses prejuízos deviam ser apresentados junto de duas entidades: “GNR – Guarda Nacional Republicana” e dar conhecimento na Câmara Municipal. Disse que esse processo inicial era apenas para se apurar os prejuízos decorrentes do incêndio, e que a o procedimento subsequente (tramitação de candidaturas) quer fossem do Ministério da

Agricultura (com o apoio da Câmara Municipal, apenas no preenchimento da candidatura), quer no âmbito das actividades económicas, em relação à questão das empresas, quer o processo das habitações, são processos que foram assumidos por cada um dos ministérios competentes. Concluiu, referindo que a intervenção da Câmara Municipal no processo foi de prestar um serviço de proximidade e de apoio aos munícipes afectados pelo incêndio.

O Sr. Presidente da Câmara usou novamente a palavra dizer que os transportes escolares relativos ao ano lectivo anterior estão pagos, e que o primeiro trimestre referente ao presente ano lectivo vai ser pago durante este mês.

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 11 de Janeiro de 2018, cujo saldo totaliza a quantia de 714.255,81.

2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE NOVEMBRO.APROVAÇÃO.

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a acta.

3. – OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado.

4. – OBRAS PARTICULARES.

Retirado.

5. – LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado

6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1. – PROJECTO “MENTAL TRAINING – PSICOLOGIA DO DES-PORTO PARA JOVENS ATLETAS DO CONCELHO”.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: “A Associação Sporting Clube Paivense, em articulação com o Município de

Castelo de Paiva, Agrupamentos de Escolas e Associações do concelho, vai implementar um projeto de Psicologia do Desporto “Mental Training” junto dos jovens atletas do concelho, com o importante contributo de uma Mestre em Psicologia do Desporto e do Exercício.

O projeto visa potenciar um melhor desempenho dos atletas das camadas mais jovens em competição, nesta e noutras associações desportivas do concelho, numa vertente formativa e educativa, através do treino de competências psicológicas individuais, mas também monitorizar os resultados escolares, em estreita colaboração com os agrupamentos de escolas e encarregados de educação e acompanhar as relações sociais e vivências dos jovens em sociedade.

Para a integração da Psicóloga do Desporto, o Sporting Clube Paivense candidatou e viu ser aprovado pelo IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional um processo de estágio que, embora financiado, constitui um encargo significativo para aquela Associação, razão pela qual solicitou à Câmara Municipal um apoio financeiro de 3.078,52€, montante este não financiado por aquele instituto.

Face ao exposto, nos termos do previsto na alínea o), n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir um apoio financeiro àquela associação no montante de 3.078,52€.”

O Vereador José Rocha usou da palavra para dizer que tinha conhecimento que havia mais duas Associações que também estão a preparar candidaturas para estágios, tendo perguntado se a Câmara Municipal as vai apoiar da mesma forma?

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que os respectivos projectos terão de ser avaliados.

Esclareceu que a técnica também prestará este apoio a outras entidades que dele necessitem.

O Vereador José Rocha reiterou a questão que colocou anteriormente, nomeadamente, relativamente a candidaturas a estágios que estão a ser preparadas no âmbito da saúde.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar se há a garantia que o “Sporting Clube Paivense” vai ceder a técnica a outras Associações?

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que a Vereadora Vanessa Pereira estava a colocar em causa, não o cumprimento por parte da Câmara Municipal, mas se o “Sporting Clube Paivense” honrará, ou não, os seus compromissos.

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que o que tinha perguntado era se a Câmara Municipal tinha conversado com o “Sporting Clube Paivense” sobre a possibilidade de outras Associações quererem o mesmo técnico.

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que as deliberações que são tomadas na reunião de Câmara, são de acordo com as suas competências, podendo os Senhores Vereadores colocar questões, votar e apresentar declarações de voto.

O Vereador José Rocha proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“- Votamos a favor com o compromisso de igualdade para as outras Associações que possam ter candidaturas de estágios, e que esses estagiários que estejam também disponíveis para ajudar as outras colectividades, e que essas colectividades também sejam apoiadas com a verba da componente que lhe seria imposta.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar a presente proposta.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara esteve presente na reunião a partir deste ponto.

7. - ARREMATAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS QUIOSQUES DA VILA DE CASTELO DE PAIVA

A Coordenadora da DGFPD apresentou a seguinte informação: “Para ser presente em reunião da Câmara Municipal, junto se anexa processo com “Auto de arrematação – hasta pública do direito de ocupação do

Quiosques A e C, da Vila de Castelo de Paiva”, que decorreu no dia 05 de Janeiro de 2018 e foram arrematados por:

Quiosque A - Maria da Conceição da Cunha Moreira, NIF 192 014 226, residente em Cepa, freguesia de Fornos, deste Concelho, pelo valor mensal de 74,00 €;

Quiosque C – Maria Margarida Rocha Nunes, NIF 111 086 965, residente em Bairro do Passal, Freguesia de Sobrado, deste Concelho, pelo valor mensal de 71,00€.

Mais se informa que não houve candidatos arrematação do direito de ocupação do Quiosque B.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade adjudicar aos arrematantes os quiosques da Vila (A e C), pelas rendas indicadas, pelo prazo de três anos.

8. - CHEQUE FARMÁCIA. RENOVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA COM FARMÁCIAS.

Os serviços de Acção Social apresentaram a seguinte proposta: “Na sequência da implementação da medida Cheque Farmácia, apresentada e aprovada nas reuniões de Câmara de 28 de Março de 2014 e 24 de Julho de 2014 e em Assembleia Municipal de 28 de Abril de 2014, e dando cumprimento ao artigo 20.º do mesmo Regulamento – Relações entre o Município de Castelo de Paiva e as farmácias aderentes – apresenta-se em anexo proposta de renovação de acordo de parceria entre o Município de Castelo de Paiva e as farmácias aderentes para o ano de 2018, de acordo com a clausula 5.ª do referido documento: Farmácia Marques Lopes Wisdomtower Unipessoal, Lda., Farmácia Adriano Moreira, Farmácia Pinho Lopes Unipessoal, Lda. e Farmácia Central de Castelo de Paiva Unipessoal, Lda.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar a renovação dos acordos de parceria

9. - INCENTIVO À NATALIDADE. RENOVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA COM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.

Os serviços de Acção Social apresentaram a seguinte proposta: “Na sequência da implementação da medida Incentivo à Natalidade, apresentada e aprovada na reunião de Câmara de 23 de Março de 2016 apresenta-se em anexo proposta de renovação de acordo de parceria entre o Município de Castelo de Paiva e os estabelecimentos comerciais aderentes para o ano de 2018, de acordo com a cláusula 5.^a do referido documento: Farmácia Marques Lopes Wisdomtower Unipessoal, Lda., Farmácia Adriano Moreira, Farmácia Pinho Lopes Unipessoal, Lda. Farmácia Central de Castelo de Paiva Unipessoal, Lda., Supermercado Douro, Distripaiva, Irmãos Queirós, O Chorão, Loja 4 Estações e Tecido Mágico. Mais informámos que houve a desistência de dois estabelecimentos comerciais, por opção própria, a discriminar a “Tendinha” e a “Casa Jovi”.

Mais propomos que seja aceite a adesão de AS- Ana Santos, a partir da presente data, à medida Incentivo à Natalidade.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar a renovação dos acordos de parceria com as entidades indicadas, bem como, autorizar a adesão à medida de AS- Ana Santos.

10. - TRANSPORTE SOLIDÁRIO. RENOVAÇÃO DE ACORDO DE PARCERIA COM OS BOMBEIROS LOCAIS.

Os serviços de Acção Social apresentaram a seguinte proposta: “Na sequência da implementação da medida Transporte Solidário, e das renovações anuais que têm sido efetuadas e, devidamente justificadas, no que concerne ao acordo de parceria estabelecido entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo de Paiva, apresenta-se em anexo proposta de renovação do mesmo acordo para o ano de 2018. O valor deste acordo de parceria é de 2250.00 €/mês, num total anual de 27 000.00€.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar a renovação do acordo de parceria.

11. - MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E COLABORAÇÃO TÉCNICA – PROGRAMA DE APOIO À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PERMANENTE.

Presente a minuta do Protocolo em título, cujo objecto consiste na transferência por parte da CCDR Norte para o Município de Castelo de Paiva, da responsabilidade pela gestão da aplicação dos apoios a conceder no âmbito do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente às pessoas singulares e aos agregados familiares cujas habitações permanentes foram danificadas ou destruídas pelos incêndios que ocorreram nos dias 15 de Outubro de 2017, através da construção de nova habitação, ou reconstrução de habitação total ou parcial, ou conservação de habitação, ou apetrechamento da habitação e cujo levantamento se encontra anexo ao Protocolo.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar a minuta do Protocolo, bem como, conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para o outorgar.

12. - RELATÓRIO DE INVENTÁRIO – 2017

Presente o relatório de inventário físico realizado pelos serviços municipais no Amazém/Aprovisionamento relativo às existências (stock), em 2017.12.31.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade aprovar o relatório.

13. - MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00 – APROVAÇÃO

Presente a minuta de contrato de empréstimo a curto prazo até ao montante de 600.000,00, a contratar junto do banco BPI, S.A.

A Vereadora Vanessa Pereira proferiu, em nome dos Vereadores do PSD, a seguinte declaração de voto:

“- Votamos contra em concordância com o que tínhamos votado anteriormente, e porque o documento chegou muito fora do prazo.”

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com os votos contra dos Vereadores do PSD, aprovar a

minuta do contrato, bem como, conferir poderes ao Sr. Presidente da Câmara para outorgar o contrato.

14. – DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada:

- Despacho N.º 01/GAP/2018 – Condicionamento de trânsito.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, *Varco André Moreira Pimentz*, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

João Ant de Jesus - Bal
João Lourenço de Silva
...
...
...